

REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: TRABALHO, SER SOCIAL, RELAÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

THE THOUGHTS ABOUT THE PRINCIPLES OF THE SOCIAL SERVICE: WORK, SOCIAL BEING AND RELATIONS OF (RE) PRODUCTION AND CONTEMPORARY CHALLENGES

*Maria Angelina Baía de Carvalho**

RESUMO: Discorrer sobre o Serviço Social exige conectar essa discussão ao movimento real da sociedade burguesa e sua vinculação histórico-social com a profissão. Este artigo desenvolve reflexões introdutórias sobre o complexo social do ser social burguês que estruturam as condições necessárias para o nascimento e desenvolvimento da profissão, e por esta mesma razão instauram as condições objetivas para o Serviço Social se reproduzir como especialização do trabalho, interferindo no conjunto das relações sociais capitalistas e respondendo, historicamente, às demandas que lhe são socialmente apresentadas.

PALAVRAS-CHAVES: Ser social burguês, Serviço Social e Desafios Contemporâneos.

ABSTRACT: To discuss Social Service is required to connect the real movement of the bourgeois society and its social-historic link with the profession. This article develop introductory reflections about the social complex of the social bourgeois being that structures the necessary conditions for the arising and development of the profession. And for this same reason they establish the objective conditions for the Social Service reproduce itself as a specialization of work, interfering in the group of capitalists social relations and answering, historically, to the needs that are socially introduced.

KEYWORDS: Social bourgeois being, Social Service, Contemporary Challenge

* Professora do Curso de Graduação em Serviço Social das Faculdades Doctum – *campus* Teófilo Otoni - MG. Assistente Social Graduada pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). E-mail: angelina_carvalho@terra.com.br.

A SOCIEDADE BURGUESA: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA A ANÁLISE

Refletir sobre o Serviço Social significa considerar que se trata de uma profissão detentora de uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social¹ e técnica do trabalho* (IAMAMOTO, 2006, p.168, grifos originais), que participa do processo de produção e reprodução das relações sociais típicas da sociedade burguesa.

Considerar essa premissa por ponto de partida exige que seja adotada uma breve análise da sociedade burguesa e do seu complexo social, isto é, do conjunto das relações sociais que se distinguem das outras relações pela função social (LESSA, 1999) que o trabalho representa no marco do ser social.

No modo de produção capitalista, o trabalho é uma categoria ontológica que funda a sociabilidade burguesa e, portanto, o mundo dos homens (LESSA, 1999) e o modo de ser dos homens e da sociedade (NETTO; BRAZ, 2006).

Por esta razão que o trabalho, para MARX, é o fundamento ontológico-social do ser social, sendo o ponto de partida para compreendermos as relações estabelecidas entre os homens. Estas relações estão assentadas, inicialmente, nas suas necessidades mais imediatas, permitindo o aparecimento de novas necessidades, sempre direcionadas a um fim, através da transformação da natureza enquanto uma ação fundamentalmente humana.

Para a autora, “o trabalho implica um dado conhecimento da natureza e a valorização dos objetos necessários ao seu desenvolvimento: aí é dada a gênese da consciência humana – como capacidade racional e valorativa” (BARROCO, 2001, p. 27), em que o indivíduo ao construir um mundo objetivo, através da transformação da natureza, também se transforma, adquirindo novos conhecimentos e habilidades (LESSA, 1999), num movimento fundamentalmente dialético, o que envolve a *prévia ideação*

¹ Os fundamentos da divisão social e técnica do trabalho da sociedade burguesa só podem ser encontradas, “a partir do momento em que a mercadoria torna-se o elemento das relações sociais, na produção mercantil simples, especificando suas particularidades na produção manufatureira e na grande indústria capitalista” (IAMAMOTO, 1997, p. 54). Desse modo, “a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela” (IAMAMOTO, 1997, p. 55).

e/ou a *dimensão teleológica*² em que o homem projeta antecipadamente, de uma forma consciente, o produto de sua ação.

O trabalho implica mais que a *relação sociedade/natureza*: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social** (NETTO; BRAZ, 2006, p. 34, grifos originais).

Para os autores, é a partir do trabalho que a humanidade se constituiu e se desenvolveu como tal, emergindo “o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**” (NETTO; BRAZ, 2006) enquanto uma *totalidade organizada* (BARROCO, 2001), que expressa o processo de produção e reprodução da dinâmica da sociedade burguesa.

Por outro lado, o ser social não se reduz ao trabalho (NETTO; BRAZ, 2006), na medida em que é o próprio desenvolvimento do ser social que impõe novas objetivações e ideações, sempre apresentadas historicamente pelo real movimento da sociedade e de seus membros (NETTO; BRAZ, 2006), sendo vitais para o seu processo de reprodução social³, que se manifesta não apenas nas dimensões econômicas e políticas, mas transcendem, portanto, para outras esferas do ser social, seja na arte, na música, na ideologia, na ciência, na filosofia, etc.

O que elucida que o ser social é mais que trabalho, abrangendo uma dimensão teórica mais ampla – a práxis (NETTO; BRAZ, 2006).

Para os autores “a práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é

² Em LESSA (1999, p. 25), encontramos que “a prévia ideação só pode ser prévia ideação se for objetiva, ou seja, realizada na prática. Ao ser levada à prática, a prévia-ideação se materializa num objeto – se objetiva. O processo que articula a conversão do idealizado em objeto – sempre com a transformação de um setor da realidade”, o que para o autor é denominado por Lukács de objetivação. Desse modo a objetivação é “a transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Transformação da realidade no sentido da prévia ideação” (LESSA, 1999, p. 22).

³ A reprodução social diz respeito a reprodução material e social do ser social, mediatizada pelo trabalho humano, que comporta também uma relação de poder e denominação “nas sociedades divididas em classes (isto é, naquelas sem que uma classe social explora o trabalho de outra), o trabalho apenas pode se realizar se houver um poder que obrigue os indivíduos a produzirem e entregarem o fruto do seu trabalho à outra classe” (LESSA, 1999, p. 25).

o seu modelo – mas muito mais do que ele: inclui todas as objetivações humanas” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 43, grifos originais), porque articula todos os movimentos do ser social, na medida em que permite revelar ao homem a sua *dimensão criativa e auto-produtiva*, ao mesmo tempo em que a práxis pode não revelar ao homem o produto das suas objetivações que compõe o seu processo de trabalho⁴.

O conceito de práxis em VÁZQUEZ⁵ (*apud* BARROCO, 2001, p. 26) é a “ação do homem sobre a matéria e a criação – através dela – de nova realidade humanizada”. Assim, o trabalho se constitui no principal elemento da práxis, enquanto condição essencial do ser social que se materializa através do resultado do trabalho humano.

Para BARROCO (2001), as escolhas de projetos e alternativas no interior do ser social burguês são indissociáveis da práxis - são antes de tudo objetivadas e históricas.

Os valores, instituídos pela intervenção primária do homem na natureza, estabelecem mediações entre o homem e o objeto. Quando o homem cria uma obra de arte, se auto-reconhece no produto de sua ação como sujeito criador. O objeto criado é valorado para ele porque expressa sua capacidade teleológica e prática. Ao mesmo tempo esse objeto passa a existir independentemente do indivíduo que o criou; como objeto artístico, cria valores que interferem no gosto estético da humanidade, propiciando a consciência da genericidade humana (BARROCO, 2001, p.30-31).

Desse modo, existem determinações ontológicas em que o produto da práxis, o objeto transformado, é a expressão concreta e real do movimento dialético operado subjetivamente e objetivamente “na relação sujeito e o objeto, entre os indivíduos e o gênero humano” (BARROCO, 2001, p. 31), ao mesmo tempo em que os sujeitos podem atribuir diferentes significados aos processos objetivados.

⁴ O processo de trabalho envolve três elementos que são fundamentais – “a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumento de trabalho” (MARX, 2004, p. 212). Esse conjunto de elementos é as forças produtivas, do qual depende de forma vital os meios de produção, que a força de trabalho viabiliza, que é a capacidade do homem produzir mercadorias com valor de uso e valor de troca, local em que reside “a riqueza de todas as sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’ [...]. A mercadoria é a forma elementar dessa riqueza [...] é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas; seja qual for a natureza, a origem delas, provem do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de substância, objeto de consumo, ou diretamente, como meio de produção” (MARX, 2004, p. 57).

⁵ VÁZQUEZ, A.S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Isto significa afirmar que a práxis, enquanto categoria teórica, se nutre na teoria marxiana, em que o método não é um elemento independente da teoria social, logo o que ela busca compreender é o movimento real no seu movimento e nas suas contradições, “onde o homem, como sujeito cognoscente e intervieniente na natureza e na sociedade, é também objeto” (PONTES, 2000, p. 58).

Esta linha de compreensão nos ensina que

da práxis não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos. Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza (vale dizer: conforme as estruturas sociais em que se insere a atividade dos homens), a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanas deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exterior e transcendentem (NETTO, BRAZ, 2006, p. 44).

Nesse universo, cabe considerar que “o trabalho e seu produto, a cultura, fundam a história, a autoconstrução dos próprios homens, em relação recíproca com a natureza” (BARROCO, 2001, p. 28), o que permite ao indivíduo realizar escolhas e construir sua própria história, ao mesmo tempo em que lhe permite, diante da lógica privada da apropriação de riquezas, que “o trabalho se realize de modo a negar as suas potencialidades emancipadoras” (BARROCO, 2001, p.33, grifos nossos).

Trata-se do processo de alienação⁶ do homem diante da divisão social e técnica do trabalho e da dinâmica da propriedade privada dos meios de produção, mediante a acumulação do capital, enquanto uma relação social que conduz o próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que através da força de trabalho “revelam-se de maneira privilegiada: o crescimento da **produtividade do tra-**

⁶ Para LESSA (1999, p. 28), “a alienação é um processo pelo qual a humanidade no seu processo de reprodução, produz sua própria desumanidade, sua própria negação, enquanto ser humano”. Essa categoria em ANTUNES (2002), é denominada de estranhamento para expressar o processo de alienação, enquanto um fenômeno histórico e social, ambos os termos é para designar o termo Entfremdung utilizado por Marx e Lukács (apud LESSA, 1999).

balho (isto é, *a obtenção de um produto maior com o emprego da mesma magnitude de trabalho*) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 58, grifos originais).

A lógica típica da sociabilidade burguesa inverte o verdadeiro significado ontológico do trabalho e, conseqüentemente, faz com que o trabalhador presencie um processo de *estranhamento* diante do seu próprio processo de trabalho, resultando daí que o indivíduo não se reconhece mais, enquanto sujeito, transformando-se num indivíduo estranho ao processo social. Portanto é aqui que ocorre a própria desumanização do homem, sua negação enquanto ser humano (LESSA, 1999).

A sociedade não é simplesmente o agregado dos homens e mulheres que a constituem, não é um somatório deles, nem algo que praia acima deles; por outro lado, os membros da sociedade não são átomos, nem mônadas, que reproduziriam a sociedade em miniatura. Não se pode separar sociedade dos seus membros: *não há sociedade em que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres), isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade* (NETTO; BRAZ, 2006, p. 37, grifos originais).

Para os autores, a sociedade é justamente o modo de existir e de (re)produção do ser social; desse modo, a sociedade e seus membros são a existência real do ser social através do trabalho, enquanto uma relação social e materialmente (re)produzida. É daqui que derivam as condições objetivas e subjetivas (GUERRA, 2000) que permeiam o cotidiano de intervenção do profissional de Serviço Social.

Capitalismo monopolista, questão social, política social e Serviço Social.

A origem do Serviço Social encontra-se na sociedade burguesa e vinculada às demandas histórico-sociais, mediada pelo enfretamento das expressões da questão social⁸, via política social pública, no capitalismo, justa mente aquela em que a fase concorrencial precede a fase monopolista, em que as características são singulares, marcadas por

⁷ "A força de trabalho é a energia humana empregada no processo de trabalho, não deve ser confundida como trabalho realizado, que é o produto da aplicação da força de trabalho" (NETTO; BRAZ, 2006, p. 58, grifos originais).

⁸ A questão social é a expressão das desigualdades sociais estabelecidas entre as classes, mediada pela produção social de riqueza, baseado na relação capital-trabalho, com uma apropriação privada e monopolizada (IAMAMOTO, 2006a) pela classe burguesa. Esta categoria e a sua relação com os fundamentos da profissão serão tratadas nas páginas que se seguem.

caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, [em que], a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencializa as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos (NETTO, 2005a, p. 19-20).

Neste sentido, é importante compreendermos o funcionamento da fase monopolista do capitalismo que

caracteriza-se por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expandindo-se após a crise de 1929-1932, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 82-83).

Essa dinâmica indica mudanças profundas e largas no interior da sociedade burguesa, isto porque de acordo com NETTO (2005a), ingressam nesse cenário fenômenos que alteraram o conjunto da vida social, sustentado pelo padrão de acumulação fordista-taylorista⁹ e alicerçado pela perspectiva keynesiana¹⁰, assentada na *cultura do bem-estar*¹¹ (ABREU, 2002, grifos nossos), a qual foi organizada, sobretudo,

⁹ O fordismo-taylorismo, refere-se às exigências da produção, associado, sobretudo, a perspectiva de Ford de combinar a produção em massa ao consumo em massa, o que conduziu a um novo processo de reprodução da força de trabalho. Trata-se, portanto, de “uma nova política de controle e gerenciamento do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernizada e populista” (HARVEY, 2004, p.121).

¹⁰ O keynesianismo estrutura “um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam” (HARVEY, 2004, p.124). Desse modo, o keynesianismo garante uma base de intervenção social estatal, na medida que agregou-se ao pacto fordista (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, grifos originais), estabelecendo as bases essenciais para que o capitalismo seja administrado estrategicamente, na sua primeira grande crise estrutural, tendo o seu ápice entre 1929 e 1932, em escala mundial.

¹¹ De acordo com ABREU (2002), a “cultura do bem-estar”, estrutura-se a partir dos anos 30 e 40, ou seja, no marco das redefinições do capital diante da crise mundial vivida pelo capital nos anos de 1929, marcada por uma ampla recessão econômica e baixo crescimento, com a acentuada elevação das taxas de desemprego e das disparidades sociais entre as classes - expressão inerente ao processo de acumulação. Esta crise, sem sombra de dúvida, pôs na ordem do dia três elementos – o papel de regulação social atribuído ao Estado, nas suas funcionalidades econômicas e sociais; o avanço significativo do movimento operário; e a estrutura de uma cultura política, consagrada no contexto pós-guerra, através do aparecimento de agências internacionais que instituem estrategicamente a base da cultura do “bem-estar”, cujo fundamento é administrar as contradições inerentes e fundamentais da relação capital-trabalho, quando estas assumem desdobramentos sócio-políticos (NETTO, 2005a), contudo, sem tocar na estrutura fundamental da ordem burguesa. Trata-se de ações que transitam desde a concessão dos direitos de cidadania, mediante um conjunto generalizado de medidas de proteção social, institucionalizado juridicamente e politicamente através do Estado de Bem-Estar ou Welfare State, até medidas autoritárias e reacionárias como o nazismo e o fascismo.

a partir do contexto pós II Guerra Mundial.

Dentre os fenômenos que ingressam na dinâmica do capitalismo monopolista, podemos destacar, de acordo com NETTO (2005a), a elevação do preço das mercadorias e serviços, que agora tendem a crescer com o envio direto dos lucros para o grande capital. Conseqüentemente, as taxas de lucros são mais altas nos setores monopolizados, na medida em que a taxa de acumulação se eleva, acentuando as taxas médias de lucro com a tendência cada vez mais acentuada ao subconsumo, embora exista um aumento do contingente de consumidores, sobretudo, a partir do pacto fordista-keynesiano, o que também estrutura as modalidades interventivas, via política social pública, nas expressões mais imediatas da questão social. Toda essa dinâmica alicerça as protoformas da gênese da profissão, (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998), (NETTO, 2005a) permitindo uma especialização do trabalho coletivo, o que afirma a centralidade do trabalho na conformação da questão social (IAMAMOTO, 2006) e nos processos sociais em que se insere a profissão no movimento das classes sociais, e desta com o Estado, e finalmente deste com a sociedade.

É possível considerar que essas determinações sejam universais, mas que só existam pela mediação de suas formas históricas particulares. Essa consideração permite que visualizem determinadas tendências [ético-política, teórico-metodológica, técnicas-operativas] no Serviço Social, em nível mundial, mas que se configuram, de modos específicos em cada contexto e momento histórico, dentre elas o conservadorismo moral (BARROCO, 2001, p.73).

Desse modo, a origem da profissão só pode ser encontrada na dinâmica do capitalismo monopolista, através do *enfretamento moral* (BARROCO, 2001, grifos nossos) das expressões mais imediatas da questão social. Trata-se de

uma forma de resposta a processos objetivamente construídos na (re)produção do capital e do trabalho, significando a despolitização de seus fundamentos objetivos, ou seja, do seu significado sócio-econômico e ídeo-político. Em suas determinações ético-políticas, é uma forma de moralismo, sustentada ideologicamente pelo conservadorismo moral (BARROCO, 2001, p. 74).

Por outro lado, isto significa afirmar que essas mudanças não afetam apenas a economia e a política, elas também incidem diretamente em outras esferas da vida social, na medida em que são acentuadas as contradições entre as classes sociais, intensificando o

pauperismo e a exploração da classe trabalhadora, o que ao mesmo tempo assume, na dinâmica do capitalismo monopolista, desdobramentos sócio-políticos (NETTO, 2005a), sobretudo, a partir do amadurecimento da classe trabalhadora quando esta atinge a condição de *classe para si* (MARX, *apud* NETTO, 2005a, grifos nossos), “consolidando as vésperas da Primeira Guerra Mundial [...] os dois principais instrumentos de intervenção sócio-política – o *sindicato* e o *partido proletário*” (NETTO, 2005a, p. 55, grifos originais).

Essa dinâmica introduzida pelo capitalismo, na sua fase monopolista, demanda o redirecionamento da função do Estado na sociedade burguesa, transformando-se num vetor extra-econômico (NETTO, 2005a), apto a consagrar aos objetivos do monopólio “o acréscimo do lucro através do controle de mercados” (NETTO, 2005a, p. 20) exigido pelo próprio padrão de acumulação capitalista.

O Estado passa a desempenhar, de acordo com o autor, uma ação contínua e sistemática na dinâmica do monopólio, realizando funções diretas, indiretas e estratégicas, conjugando funções econômicas e políticas, garantindo um eixo de intervenção com grande relevo nas expressões da questão social, via política social pública¹².

As políticas sociais do Estado burguês são estrategicamente utilizadas para garantir a preservação da força de trabalho (NETTO, 2005a), ao mesmo tempo que são paradoxalmente um mecanismo de acesso aos direitos sociais de cidadania.

O próprio desenvolvimento do capitalismo produz automaticamente as expressões da questão social, sendo produzida e manifestada sob diferentes aspectos. Esta categoria é inerente ao processo de acumulação, conforme MARX (2003) examinou na “Lei Geral da Acumulação”, no capítulo XXIII de *O capital*, ao afirmar que quanto mais se produz riqueza mais contradições sociais são geradas. Isso é fruto das relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista, através da apropriação privada dos produtos gerados pelo trabalho humano submetido ao poder de dominação da classe burguesa.

A análise rica da tradição marxiana e marxista permite que sejam visualizados todos os componentes que estruturam a dinâmica in-

¹² “As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social, são desdobramentos e até mesmo, respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.51), com ação direta do Estado.

terna da ordem burguesa, ao mesmo tempo que vislumbram como o modo de produção capitalista gera não apenas modalidades econômicas e políticas, mas também impõem um estilo de produção e reprodução da vida em sociedade, além de alimentar os condicionantes teórico-culturais que alicerçam os modelos explicativos que tecem a base de sustentação ideológica da ordem burguesa.

Essa assertiva indica que trata-se de um estilo de pensar a sociabilidade burguesa sob o signo e a vanguarda do pensamento conservador, articulado e manifestado sob vários aspectos, com especial destaque para as suas projeções ídeo-políticas do capital. Assim, o aparecimento e o tratamento dispensado a categoria questão social também se inscreve no marco dessas concepções, sob o comando do pensamento conservador nas suas instâncias laica e confessional, sob o ideário *reformista*¹³ no âmbito da sociedade (NETTO, 2005a, grifos originais).

Esses pressupostos nutriram os fundamentos da profissão e a sua maneira de se relacionar com o seu objeto.

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se se reconhece a gravitação da “questão social” e se se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste-se em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891) (NETTO, 2001, p.155).

O pensamento conservador, nas suas duas instâncias, natura-

¹³ De acordo com NETTO (2005a), o ideário reformista imposto pela ordem burguesa é alicerçado na segunda metade do século XIX, com o interessantíssimo entrecruzamento entre o conservadorismo laico e o conservadorismo confessional, claramente, no caso do segundo, expresso na Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, partindo de pressupostos epistemológicos completamente distintos dos pressupostos da tradição positivista com a recuperação da doutrina de São Tomás de Aquino, posteriormente, conhecida por tomismo ou neotomismo. E no conservadorismo laico, neste momento cuja sua expressão maior já não é Comte, e sim Durkheim, que desenvolve a noção de reforma social, o que permite que o conservadorismo confessional incorpore a concepção de cidadania, a expressão questão social.

liza a questão social transformando-a em objeto de ação moralizadora (NETTO, 2005a). Nos dois casos “*trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa*” (NETTO, 2005a, p.155, grifos originais), ao mesmo tempo em que projeta a intervenção do Estado nesse âmbito, estabelecendo a condição primordial para o capitalismo monopolista garantir uma base de consenso entre as classes. Isso vai permitir que as expressões da questão social, sobretudo, os seus desdobramentos sócio-políticos mais imediatos, sejam administrados, estrategicamente, no marco da sociedade burguesa madura e consolidada via expansão dos direitos de cidadania¹⁴.

É necessário pontuar nessa análise, que se trata de uma ação vital ao capital diante da crise empreendida na dinâmica da acumulação, a partir dos anos de 1929, que afinal acabaram desembocando num amplo retrocesso na reprodução do capital.

Trata-se de um período histórico-social alicerçado por uma ação centralizadora e interventora do Estado no âmbito das expressões da questão social, quando estas assumem desdobramentos mais agudos e profundos. Essas expressões são estrategicamente administradas via políticas sociais públicas, mediante a prestação de serviços sócio-assistenciais através de organizações públicas e privadas (IAMAMOTO, 2006a), o que interfere diretamente no conjunto das relações sociais estabelecidas entre as classes.

Desse modo, para escamotear os verdadeiros fundamentos da ordem burguesa, a questão social é instrumentalizada pelo pensamento conservador apto a consagrar os interesses dominantes, submetendo-o à lógica da funcionalidade abstrata de cidadania (MARX, 2000), em conformação à lógica burguesa.

É esse tratamento específico e próprio da dinâmica da ordem

¹⁴A concepção de cidadania será utilizada no seu sentido reducionista, numa perspectiva de linearidade, conforme atestou MARSHALL (apud, NETTO, 2005a), ao se referir a um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. O que atesta a funcionalidade da categoria cidadania no marco da sociedade burguesa, esvaziada da sua dimensão emancipadora (PORTO, 2001), assume nas palavras de MARX (2000), uma dimensão formal-abstrata, necessário ao ocultamento das relações sociais capitalistas, se realizando apenas no plano formal, inaugurando a figura do cidadão (PORTO, 2001), despossuídos de bens e dignas condições de sobrevivência. É nesse contexto que se sobressai os padrões de proteção social como – o bismarckiano, o social-democrata, e o beveridgino (PORTO, 2001, grifos originais). Assim, são processadas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais típicas da fase monopolista, em que se insere o Serviço Social, enquanto profissão, na trama entre as classes sociais, compondo a esfera de executor das terminais públicas sociais públicas (NETTO, 2005a, grifos nossos).

burguesa que demanda a estruturação da profissão - indissociável da lógica monopolista, local onde reside suas protoformas e suas modalidades interventivas enquanto profissão especializada na divisão social e técnica do trabalho.

Esse processo não é um fenômeno que foi historicamente contemplado no interior da profissão, uma vez que para a reflexão dos seus fundamentos e do seu processo de institucionalização foi muito comum a assertiva, na literatura especializada, que o Serviço Social tenha emergindo como profissão apenas quando esta atinge um amadurecimento técnico-científico (NETTO, 2005a), ou nas palavras de IAMAMOTO quando “processa uma *tecnificação da filantropia*” (2006a, p.172, grifos originais).

É claro que essa tônica do discurso dos pioneiros¹⁵, como nos afirma a autora, está entrelaçada com as artimanhas do pensamento conservador amplamente consumido pela profissão, o que obscureceu não somente as suas protoformas, mas também o seu significado e o seu objeto, estruturando no seu interior a ilusória tese que o Serviço Social dispunha de base “científica” e, portanto, seria capaz de estruturar uma teoria própria e capaz de “aplicar” essa teoria na “prática”, a partir da criação de métodos próprios ou de processos e procedimentos metodológicos como o caso, grupo e comunidade, diluindo aqui a perspectiva da práxis transformadora.

Na verdade, trata-se de uma base teórico-metodológica de *ordem sincretista*¹⁶ (NETTO, 2005a, grifos nossos) e amplamente sustentada no próprio desenvolvimento das ciências sociais, sobretudo na sociologia, enquanto disciplina autônoma, de insumos positivistas¹⁷ e

¹⁵ Dentre os autores podemos destacar (apud MONTAÑO, 1998), Herman Kruse, Natálio Kisnerman, Ezequiel Ander-Egg, Boris Alexis Lima, Norberto Alayón, José Lucenas Dantas, Balbina Ottoni Vieira, García Salord.

¹⁶ Para NETTO “o sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social” (2005a, p.92, grifos originais).

¹⁷ O positivismo enquanto concepção teórica, encontra-se dentro dos pressupostos do racionalismo formal-abstrato do legado de Comte, que considera que a sociologia, enquanto ciência autônoma e que tem por objeto os fatos sociais entendidos, de acordo com GUERRA (2002, p.52), enquanto “coisa” e que, portanto, deve ser submetido “à observação e experimentação por meio de um duplo movimento: de abstração do real, no intuito de elaborar conceitos e teorias”. A autora acrescenta que em Durkheim, os fatos sociais “têm ressonância social, independente dos indivíduos enquanto tal, mas que exerça sobre eles determinados graus de influência” (GUERRA, 2002, p.58).

seus desdobramentos, entrelaçado, no caso do Serviço Social europeu, com o pensamento doutrinário da Igreja Católica¹⁸.

É claro que essa orientação ídeo-política que marca o pólo nascedouro e, também, o desenvolvimento da profissão será alterado no decorrer das mudanças macro-societárias empreendidas pela sociedade burguesa.

É assim que a profissão vai sofrendo mudanças históricas importantes que atestam momentos de continuidade e ruptura com o passado profissional, o qual permite ao mesmo tempo que o Serviço Social responda estrategicamente as suas demandas profissionais, e que em alguns momentos

não conseguiu superar seus “paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)”, **preservando no trabalho profissional traços característicos e referências básicos** de uma perspectiva no Serviço Social “mais impermeável às mudanças” (VASCONCELOS, 2007, p. 110, grifos originais).

As primeiras tentativas de romper com esses insumos, no caso da América Latina, foi iniciada com o *movimento de reconceitualização*¹⁹,

¹⁸ Cabe destacar que a rica análise empreendida por NETTO (2005a), sobre a estrutura sincrética do Serviço Social, foi adjetivada pelo autor de Serviço Social como sincretismo ideológico, para ilustrar o modelo de Serviço Social desenvolvido na Europa, com presença maciça do aporte doutrinário da Igreja Católica, sob a perspectiva do conservadorismo laico e confessional e com ressonância, também, no Serviço Social latino-americano. E de Serviço Social como sincretismo “científico”, para denominar o Serviço Social desenvolvido nos E.U.A. e parte do Canadá, sob o comando das Ciências Sociais do meio acadêmico norte-americano, com grande influência da psicologia, psicanálise, da perspectiva teórica e ideológica do funcionalismo, com expressão de autores norte-americanos como Merton e Parsons. Ancorado na concepção de “científica” desenvolvida pelas ciências sociais (cf. NETTO, 2005a), descolada, aparentemente, da relação dialética entre ciência e ideologia, apregoada a concepção de neutralidade e na dicotomia entre sujeito e objeto; e, teoria e prática, cuja suas maiores expressões no interior da profissão são as formulações formal-abstratas (NETTO, 2005a), caso, grupo e comunidade que marcam presença no interior no Serviço Social latino-americano, a partir dos anos de 1940.

¹⁹ Não é nosso interesse aqui, realizar uma análise mais profunda do movimento de reconceitualização, até mesmo porque já existe uma literatura ampla que discorre sobre o assunto (cf. NETTO, 1998; 2005b; IAMAMOTO, 1997; FALEIROS, 1987; 2005), o que cabe reiterar aqui que trata-se de um movimento que envolve os países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai), que denuncia o Serviço Social tradicional que compreende a prática empirista, reiterativa, paliativa, burocrata (NETTO, 2005b). De acordo com o autor esse movimento se constitui em 1965 e marca profundamente a história do Serviço Social latino-americano, com característica heterogênea e contraditória, assumindo características muito particulares em cada país do continente. No Brasil, esse movimento analisado por NETTO (1998) recebe a denominação de movimento de renovação, assumindo três perspectivas – modernizadora (funcional-estrutural), de reatualização do conservadorismo (fenomenologia) e de intenção de ruptura (marxismo); todas envolvidas por diferentes inflexões teórico-metodológicas, reiterando o ecletismo no interior do Serviço Social.

que reflete a crise do “Serviço Social tradicional”.

Para NETTO (2005b, p. 7), as condições que proporcionam a crítica e o profundo desgaste progressivo e lento do “Serviço Social tradicional” foram tomados da crise da ordem capitalista, que desencadeado pelos reflexos da tensão causada pela quebra do padrão de acumulação capitalista em curso, iniciado em 1929, favoreceu, para as áreas centrais e periféricas do capitalismo, o aparecimento da mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses mais imediatos.

O autor acrescenta que esse cenário proporciona a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais, levando a deslegitimação do que operava como fundamentação “científica” do Serviço Social, sobretudo, no campo da sociologia e da psicologia acadêmica, ou seja, o deslocamento sociopolítico de instituições com vinculações com o Serviço Social como o giro da Igreja Católica e o movimento estudantil, os quais foram decisivos na crítica ao tradicionalismo que até então operava a profissão (NETTO, 2005b, p. 7-8).

No movimento de renovação do Serviço Social, no Brasil, deve-se destacar a perspectiva crítica²⁰ que esse movimento foi capaz de gestar sob o ciclo autocrático burguês (NETTO, 1998), embora essa tendência tenha amadurecido somente no decorrer do alargamento das práticas democráticas da sociedade brasileira.

Em 1982 essa tendência ganha fôlego e requer da categoria profissional, através da ABESS e demais instâncias representativas, a revisão curricular, expressão que a conjuntura sócio-política favorecia no processo.

A revisão curricular de 1982, embora promova mudanças importantes em relação ao passado profissional, ainda assim se constitui como “**nó górdio** a ser desatado” (VASCONCELOS, 2007, p. 120, grifos originais).

Esse “**nó górdio**” só será desatado com mais clareza e substância nos anos de 1990, quando a profissão afina sua interlocução com a tradição marxiana e marxista, mergulhando na pesquisa enquanto pro-

²⁰ A linha crítica do movimento - a intenção de ruptura, refere-se a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, inicialmente na tendência da militância política-partidária e afastada do contato direto com a obra de Marx e sua tradição ideo-política. O que vai ter seu início e, sobretudo, seu amadurecimento no interior da profissão no decorrer dos anos de 1980 e 1990, o que possibilitou compreender o significado social da profissão, iluminando a intervenção profissional e dinamizando as suas elaborações teóricas.

cesso fundamental de construção do conhecimento. É o Serviço Social se colocando como objeto de sua própria investigação.

Esse momento marca “*um tipo de acerto*” com o passado profissional ao mesmo tempo instaurando as condições objetivas para tecer um novo perfil e um novo projeto profissional, que não se restringe a sua dimensão técnico-interventiva, mas, sobretudo, acusa com maior relevância a sua dimensão intelectual, direcionada a um objetivo com substância teórico-metodológica e com direção ético-política.

O CAMINHO DO (RE)ENCONTRO COM A REALIDADE SOCIAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Nos anos de 1980, os Assistentes Sociais descobriram a importância da consideração da dinâmica das instituições e das relações de poder institucional para refletir a profissão. Nesse movimento eles descobriram, também, as políticas sociais, os movimentos e as lutas sociais (IAMAMOTO, 2006b) levando o Serviço Social a revisar o seu currículo mínimo de 1982. Essa revisão comportou dois elementos fundamentais: a primeira é considerar a questão social como base de fundamentação sócio-histórica da profissão; e, o segundo, é compreender a prática profissional como trabalho, e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho.

De acordo com a autora, sobressai nessa dinâmica que o trabalho do Assistente Social deve contemplar todas as particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira, explicando os processos sociais que as produzem e reproduzem, e como tais processos são expressos e vividos no cotidiano pelos sujeitos sociais.

Desvendar esse cotidiano exigiu da profissão a ruptura com a concepção instrumental da intervenção profissional²¹ – compreendida até então como um conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos,

²¹ A instrumentalidade nessa perspectiva de análise é compreendida no interior da profissão, cujas bases teórico-metodológicas, ancoradas na teoria social crítica, que desvenda para a profissão que o principal meio de trabalho do Assistente Social é o conhecimento, ou nas palavras de IAMAMOTO “o conhecimento não é um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho” (IAMAMOTO, 2006b, p.63).

onde somente se “aplicava” a teoria à prática.

Todas essas mudanças conduziram a profissão para o caminho e estruturação de um projeto profissional (ético-político)²², com expressão coletiva, envolvendo sujeitos individuais em torno da valorização ética (BRAZ, 2001) ao qual estão vinculados a um projeto societário de transformação da sociedade. Esses indivíduos devem estar atentos às mudanças contemporâneas marcadas pela lógica internacional do capitalismo, sob o signo do projeto neoliberal e da acumulação flexível de capital.

Não é à toa que esse projeto está expresso nas Diretrizes Curriculares, na Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1990) e no Código de Ética de 1993.

A compressão dos fundamentos da profissão históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história brasileira. Em outros termos, analisar como se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar a profissão é também pensá-la como fruto dos *sujeitos que a constroem e a vivenciam*. Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua “prática” e contribuem na criação de uma *cultura profissional*, historicamente, os *modos de atuar e pensar* que foram por seus agentes incorporados, atribuindo visibilidade às bases teóricas assumidas pelo Serviço Social na leitura da sociedade e na construção de respostas à questão social (IAMAMOTO, 2006b, p. 57-58, grifos originais).

Essa percepção sobre a profissão e a sua conseqüente inserção nas relações sociais capitalistas, elege a categoria trabalho como eixo central no interior do Serviço Social, justamente por se constituir, segundo LUKÁCS²³ (*apud LESSA, 1997*), na protoforma originária e primária do agir humano. O trabalho é uma atividade prático-concreta, em que incide a ação humana sob um objeto a ser transformado, e que ao

²² O projeto ético-político “tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que impõe a construção de uma nova ordem, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 104-5 apud BRAZ, 2001, p. 387).

²³ LUKÁCS, G. *Per una Ontologia dell' Essere Sociale*. E. Riuniti, Roma, 1976-81.

ser transformado também modifica o sujeito que o produz, levando a um resultado que não é só material, mas que também é social e cultural na medida que cria rebatimentos no interior das relações sociais.

Considerar essa premissa significa considerar que o Serviço Social não se realiza mediante uma “prática qualquer”, simplesmente, “tecnificada” e “teorizada”, sem efeito real, alheia e isenta dos processos sociais.

Privilegiar essa análise é romper com “a visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, como se ele fosse fruto de uma evolução interna e autônoma dos sujeitos que a ele se dedicam” (IAMAMOTO, 2006a, p. 172).

Por outro lado, é possível levantarmos, por hipótese, que essa tônica não se expressa materialmente na realização do cotidiano profissional, na medida em que a profissão, diante das profundas transformações societárias, vive um processo de *estranhamento* diante do produto que é gerado pelo seu próprio trabalho.

Em pesquisa recente VASCONCELOS (2007) pergunta

por que o **debate profissional realizado** pela perspectiva de intenção ruptura – ainda que produzido na academia que empreendeu as reformas curriculares, tendo como base as propostas produzidas no interior da ABESS – não atingiu e não está atingindo a formação em nível da graduação e da prática profissional da forma necessária? Na proporção em que esse debate vem, em grande medida, se realimentando das suas próprias produções, manteve-se e continua se mantendo afastado da realidade social (VASCONCELOS, 2007, p. 119, grifos originais).

Esse processo incide diretamente no perfil profissional e nas ações do profissional, intensificando-se diante de uma conjuntura marcada por amplo retrocesso dos direitos sociais e desafiando amplamente o projeto profissional que deve contemplar uma dupla dimensão

a) as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto (IAMAMOTO, 2006a, p. 171).

O certo é que o cenário contemporâneo da ordem burguesa é fortemente alicerçado pela cultura neoconservadora, introduzida pelo

estágio atual do capital. A “pós-modernidade” é a expressão do patrimônio teórico-cultural desse estágio, que alicerça as teses: a “crise” do Estado, a “crise” do trabalho, a “crise” e o “fim” do legado marxiano e marxista e que, portanto, se opõe

às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna [...]. Assim, questiona, nivelando, os paradigmas positivistas e marxistas e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micros social (IAMAMOTO, 2006a, p. 164).

Refletir sobre o projeto profissional significa, portanto, considerar esses elementos, seja através da academia ou do cotidiano profissional, pois é aqui que reside o solo de adesão e manifestação desse projeto.

As demandas dirigidas ao Serviço Social exigem cada vez mais um profissional qualificado. Está aqui o desafio a partir de um “ordenamento social com regras democráticas”, afirmar a hegemonia de uma “**direção social estratégica para a profissão**”, comprometida com a ruptura com práticas conservadoras, só será possível a partir da formação de um (VASCONCELOS, 2007, p. 131)

técnico qualificado, com perfil de “*intelectual* que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (NETTO, 1996, 125-126, grifos originais).

O certo é que existe uma tendência muito grande a se dicotomizar o processo social, diluindo esse componente e, conseqüentemente, desprezando a análise que o Serviço Social vem construindo em torno da categoria trabalho. Isto dilui a análise dos processos sociais e a compreensão do trabalho no seu sentido ontológico, não atingindo assim a dimensão da práxis, enquanto base teórica fundamental do trabalho.

Pensar como e porquê essas tendências se instalam no interior da profissão é um desafio para a categoria profissional, num contexto amplamente marcado pelos insumos da “pós-modernidade” que celebram o “fim do trabalho” e o aparecimento de uma equivocada “nova” questão social²⁴, as quais esvaziam o homem da dimensão da práxis.

²⁴ Dentre os defensores dessa tese destaca-se com grande relevância os pensadores Castel e Rosanvallon (apud PASTORINI, 2004).

O que estamos assistindo neste momento são novas e várias formas de engendramento [do] modo de organização da produção das relações sociais. É uma crise diferente, na qual não se vislumbra que o próprio capitalismo possa ter expansão produtiva. Grave, também é o fato (e parecem capitular frente a essas sofisticadas expressões da alienação e da reificação. Em grande medida, assiste-se a um processo de abastardamento do pensamento teórico. Por exemplo, com a moda da pós-modernidade que, na verdade, é uma reflexão teórica que não serve para desvendar e enfrentar as contradições, mas que apenas legitima o existente (BORGIANNI, 2004, p. 46)

Todos sabemos que são tempos de crises profundas e de mudanças bruscas e que criam impactos em tempo *record*. Não vislumbrar as possibilidades reais e a viabilidade do projeto ético-político é conduzir a profissão a lógica do tecnicismo e da recondução da *psicologização das expressões da questão social* (NETTO, 2005a, grifos nossos).

Assim, a

dura realidade social que se apresenta aos nossos olhos inquietos [que] é desafiante, seja pela sua crescente complexidade, seja pelas amargas contradições que se traduzem, em síntese, na desigualdade que a desumaniza. Diante disso, duas grandes veredas se apresentam aos sujeitos sociais (profissionais ou não): o enfrentamento ou indiferença (tão em voga sob a capa da liberdade individual). No caso dos assistentes sociais esse dilema parece soar mais contundente, pois que não podem protestar ignorância, já que a realidade com que cotidianamente trabalham os está pressionando a tomar um posicionamento (PONTES, 2000, p. 49).

De acordo com BRAZ (2001), ainda existe um relativo desconhecimento do projeto ético-político no conjunto da categoria profissional. O que atesta

uma **visão a-histórica e focalista** [que] tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a análise da sociedade e da profissão – desqualificado como “teoricismo” – em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob o discurso progressista de esquerda (IAMAMOTO, 2006a, p. 168, grifos nossos).

Sob essa perspectiva cabe para a profissão, hoje, apenas aprimorar, no âmbito da formação profissional, um conjunto de

estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrado no “como fazer” – a partir da justificativa que o Serviço Social é uma

“profissão voltada à intervenção no social”. Esse caminho está fadado a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. (IAMAMOTO, 2006a, p. 168-169, grifos nossos).

Desse modo, o profissional se vê incapaz de reconhecer a sua capacidade de projetar e de transformar o mundo e a si mesmo, “correndo o perigo do assistente social ser reduzido a um mero ‘técnico’, delegando a outros cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas etc – a tarefa de pensar a sociedade. (IAMAMOTO, 2006a, p. 169).

Essa dinâmica conduz a uma ação mais imediata do seu objeto, sobretudo, pelo julgamento moral (BARROCO, 2001), o que nos permite afirmar, de acordo com BORGIANNI (2004), que o conservadorismo não é um tributo exclusivo do Serviço Social, mas tem se manifestado no cotidiano profissional em grande parte das vezes levado pela omissão, limitando-se o profissional ao “preenchimento [dos] mesmos relatórios e registros de ponto [porque] nada vai acontecer, aliás, sua ficha funcional não vai ser lesada [nem alterada] por isso” (BORGIANNI, 2004, p. 58).

A conjuntura contemporânea também é fortemente atravessada pela lógica da cultura *despolitizada e refilantropizada* (YAZBEK, 2004, grifos originais) no trato das expressões da questão social.

Esta lógica, que subordinou políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras do mercado, moldou para a Assistência Social brasileira, na esfera pública estatal, um perfil *focalizado, despolitizado, privatizado e refilantropizado*, (YAZBEK, 2004, p. 25, grifos originais).

que desafiam intensamente os profissionais da área, os quais devem ultrapassar a condição de mero executores terminais das políticas sociais (NETTO, 2005a) para assumirem com competência técnica-intelectual nas instâncias da gestão e implementação das políticas sociais públicas - local onde se processa o verdadeiro trabalho dos Assistentes Sociais, marcadas pela processualidade²⁵ histórica e contraditória da realidade social em que cotidianamente se confronta o profissional.

Em síntese, a profissão ao se reproduzir como especialização

²⁵ De acordo com PONTES (2000, P. 49) trata-se da “dinâmica contraditória, histórica e movente que caracteriza uma determinada totalidade social”.

do trabalho coletivo, visa produzir serviços (mediante a gestão de políticas sociais públicas e privadas) que não geram valor de uso (IAMAMOTO, 2006a), mas que criam uma significação, na medida que participam da produção e reprodução material e social da sociedade burguesa, interferindo diretamente nas relações estabelecidas entre as classes sociais. Portanto, “o seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um *efeito na produção – ou na redistribuição – do valor e/ou da mais-valia e nas relações de poder político e ideológico*” (IAMAMOTO, 2006a, p. 181).

Compreender esse movimento é um desafio para a contemporaneidade, na medida em que o profissional, na maior parte das vezes, não consegue realizar esse movimento, muito em decorrência de uma apropriação inadequada (ou ausência) da teoria social crítica, que permita que verdadeiramente seja ultrapassado o mundo da *imediaticidade*²⁶ dos fatos sociais e que assim possa ser conduzido a legalidade social, ou seja, às leis de tendências históricas (PONTES, 2000).

Nesse caso, nos parece oportuno reiterar a importância da compreensão dos fundamentos da profissão, do ser social burguês e da centralidade da categoria trabalho no seu sentido ontológico, bem como da práxis – enquanto elemento teórico indispensável à vida humana e às suas formas de conhecimento da própria totalidade histórico-social.

Embora exista uma sólida bibliografia acumulada pela profissão sobre os seus fundamentos²⁷ e o seu significado, dentre outros aspectos, ainda se apresenta de uma forma residual, estudos que apontam para as implicações cotidianas²⁸, no interior do Serviço Social, da sua não compreensão como trabalho.

Afinal como e por que o profissional tem mistificado o seu trabalho? Como a academia vem respondendo ao seu papel, diante do currículo de 1996? Como as disciplinas vêm alicerçando esse processo e contribuindo para que seja nutrida a perspectiva de totalidade da ordem burguesa?

²⁶ “Categoria intelectual que corresponde a apreensão de uma dimensão abstrata do real, ou seja, não ultrapassa o nível dos fatos” (PONTES, 2000, P. 41).

²⁷ Cf. as obras, por exemplo, de Marilda Villela Iamamoto (1997, 1998, 2006a, 2006b) e José Paulo Netto (1996, 1996, 2005a, 2005b).

²⁸ Salvo engano, a obra recente de VASCONCELOS (2007), realiza uma riquíssima análise sobre o cotidiano profissional, a partir da área da saúde, no município do Rio de Janeiro.

Referências

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- BORGIANNI, Elizabete. O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico. **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região; Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UERJ, mai. 2004.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRAZ, Marcelo. Notas sobre o Projeto Ético-Político. **Coletânea de Leis e Resoluções**, CRESS 7ª Região, Rio de Janeiro: [s.n.].
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- FALEIROS, Vicente de P. Confrontos teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 24, ano VIII, São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- _____. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 84, ano XXVI, São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo 04: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.
- _____. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In. MOTA, Elizabete [et al.]. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2006a.
- _____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006b.
- _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- LESSA, Sérgio. O processo de Produção/Reprodução Social: Trabalho e Sociabilidade. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a

Distância, 1999.

LESSA, Sérgio. **A Ontologia de Luckács**. 2 ed. Maceió: EDUFUL, 1997.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **O Capital: Crítica a Economia Política**. 22. ed. Civilização Brasileira, 2004. Livro I e II.

MÔNTANO, Carlos. **La Natureza Del Servicio Social: Um Ensayo Sobre su Gesenis, Su Especificidad y Su Reproduccion**. São Paulo: Cortez Editora 1998.

NETTO, José Paulo. Transformação Societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, ano XVII, São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005a.

_____. O movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 84, ano XXVI, São Paulo: Cortez Editora, 2005b.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo, **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. São Paulo, Cortez Editora, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época).

PONTES, Reinaldo. Mediação: categoria fundamental para o trabalho profissional. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo 04: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

PORTO, Maria Célia da Silva. Cidadania e “(des)proteção social”: uma inversão do Estado Brasileiro? **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 68, ano XXII, São Paulo: Cortez Editora, 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 4ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 77, ano XXV, São Paulo: Cortez Editora, 2004.